

CAPÍTULO UM



O que é jornalismo de investigação?

Objectivos de aprendizagem

Quando tiver terminado a leitura deste capítulo e praticado os exercícios nele contidos, saberá como:

- Definir a prática do jornalismo de investigação;
- Discutir a missão dos jornalistas de investigação e algumas das leis de base que eles devem observar;
- Discutir as competências e as qualidades pessoais que os jornalistas de investigação devem possuir;
- Identificar temas e métodos apropriados para matérias de investigação; e
- Discutir, criticar e identificar dicas a partir de exemplos do jornalismo de investigação africano e outros.

O primeiro capítulo oferece também um mapa dos capítulos que se seguem e apresenta algumas ferramentas e terminologia que usaremos ao longo do livro.



Konrad
Adenauer
Stiftung



Defining investigative journalism

*O congolês Eric Mwamba é um jornalista independente. Ele e os seus colegas, alguns dos quais trabalharam no jornal **Le Rebond**, ficaram indignados com aquilo que viam como a hipocrisia do seu governo, que chegou ao poder denunciando a corrupção do regime anterior, para rapidamente ele próprio envolver-se em escândalos. Aqui, Eric Mwamba narra-nos os esforços do seu jornal para revelar o que se estava a passar.*

Porque foi realizada esta investigação?

A necessidade de escrever este artigo surgiu do nosso desejo de esclarecer a duplicidade do discurso político dos líderes do nosso país – na verdade, de todos os políticos, quer sejam da oposição ou do partido no poder. Jean-Jacques Rousseau já o tinha dito: “Política não é religião nem moral”. Vimos a necessidade de ajudar o povo, muitas vezes analfabeto e ingénuo, a compreender a enorme diferença entre as promessas eleitorais e o exercício efectivo do poder.

Somos agora liderados por uma elite que durante 30 anos se deu ao grande trabalho de denunciar a corrupção, a fraude, a má gestão, os assassinatos políticos e a inculcação de uma ideologia oficial, com o objectivo de alcançar uma alternância democrática. Enquanto estiveram na oposição, essas pessoas afirmavam que se fossem eleitas mostrariam o caminho para o bem-estar colectivo pelo qual o povo tanto ansiava.

Contudo, passados apenas sete anos desde que estes ‘socialistas’ obtiveram o poder supremo, eles estão no epicentro de escândalos financeiros e com riquezas pessoais estimadas em biliões, enquanto o drama do povo se tornou intolerável.

Como foi tratada a matéria?

Com vista a chegar ao fundo das alegações, o colega Paul Arnaud Digbeu investigou as contas bancárias dos homens e das mulheres no poder. Compilou uma lista de 38 nomes e publicou-as num artigo intitulado “Os 38 bilionários da Frente Popular Ivoiriense - FPI” (*Le Rebond* n.º 203 de 12/09/2007). A Frente Popular Ivoiriense é o partido do Presidente Laurent Gbagbo.

O que aconteceu depois da publicação?

Os montantes descobertos eram tão elevados que todos se perguntavam se era realmente possível que esses indivíduos tivessem acumulado tanta riqueza em tão curto espaço de tempo, e muitos até chegaram a duvidar da veracidade da reportagem de Digbeu. Depois da publicação, o *Le Rebond* foi acusado de “injúrias contra o Chefe de Estado” pelo procurador-geral Raymond Tchimou, e foi também alvo de uma acusação cível por “difamação” por um deputado próximo do casal presidencial, a quem se juntou na ocasião a própria primeira-dama.

Foram realizadas algumas investigações posteriores?

Tivemos que continuar a investigação para provar que os nossos números estavam correctos. A nossa investigação posterior foi publicada no periódico pan-africano *Africa News*, na sua edição de 1 de Dezembro. Durante a investigação, procurámos entender o sistema criado pelos predadores, as técnicas e os métodos, assim como as estruturas estatais, para-estatais e privadas usadas como fonte de enriquecimento. Procurámos também compreender as consequências deste fenómeno para o estado e o povo. Reunimos artigos de jornais, relatórios de ONGs e fontes especializadas: um professor de economia, um analista político, funcionários dos ministérios da Economia e Finanças e do Ambiente, um banqueiro e responsáveis das alfândegas.

Quanto tempo levou o trabalho, que dificuldades foram encontradas e como foram superadas?

Trabalhámos durante dois meses. O artigo publicado é apenas um reflexo parcial desse trabalho porque ainda nos deparamos com enormes dificuldades. Confrontamo-nos com desconfianças por parte daqueles que detêm informações, com falta de acesso a documentos oficiais, com falta de meios financeiros, com ameaças de morte e com intimidações.

A maioria daqueles que estavam em posse de importantes documentos e informação de primeira mão aconselhou-nos a lembrarmo-nos da nossa “obrigação de tratar as informações de um modo particular” em “tempos de guerra”.

Uma outra dificuldade reside no facto de que a realização deste tipo de investigação requer muito dinheiro. Pode ser necessário comprar documentos e cobrir custos de transporte e comunicação. Perante o obstáculo que se ergue entre a imprensa e as fontes oficiais, pode revelar-se útil recorrer a fugas de informação, detectives particulares e outros, exigindo todos meios financeiros.

Até ao próximo episódio

Os factos narrados por Eric revelam muitas das dificuldades enfrentadas pelos jornalistas de investigação em África, assim como alguns dos dilemas e contradições envolvidos. Por exemplo, ele refere-se à “compra de documentos” e a ver-se forçado a recorrer a fontes ávidas de dinheiro. São questões que discutiremos nos nossos capítulos sobre fontes, entrevistas e ética, um pouco mais adiante neste livro.

Contudo, o artigo de Eric apresenta-nos o exemplo de um projecto de investigação que se encaixa na noção de muitas pessoas sobre a essência do jornalismo de investigação: “O jornalismo de investigação revela escândalos, e envergonha indivíduos corruptos. Põe a nu segredos que alguém quer manter encobertos.” Para outros, porém, Eric e os seus colegas estavam simplesmente a fazer aquilo que qualquer bom jornalista faria. Para eles, “o jornalismo de investigação é simplesmente o bom jornalismo”.

Jornalismo de investigação: definições em competição

Mas, serão estas as únicas formas de definir a especialidade? Existem provavelmente tantas definições de jornalismo de investigação quanto existem jornalistas a trabalhar na área. Porque, por um lado, o jornalismo de investigação, enquanto uma especialidade dentro da profissão, é relativamente novo e ainda estamos a desenvolver os modelos apropriados. E todo o jornalismo pertence a uma comunidade e a um campo de trabalho. Assim, não existe nenhuma divisória entre ‘jornalista comunitário’, ‘jornalista ambiental’ e ‘jornalista de investigação’: qualquer jornalista se torna jornalista de investigação quando a matéria que estiver a trabalhar adquire um âmbito e uma profundidade que vão para além das reportagens de rotina.

Jornalismo de investigação na Austrália, na América e na Europa

Os bons jornalistas sempre foram investigadores, e continuam a sê-lo. O jornalista australiano John Pilger escreveu no *Sydney Monitor* sobre o seu compatriota Edward Hall Smith que, em data tão remota como 1826, quando a Austrália ainda era uma colónia, deu início a uma campanha contra a corrupção oficial e os maus tratos infligidos a operários condenados – e foi preso pelas suas acções. Mas, só depois de passado um século ou mesmo mais tarde, quando a comunicação social se tornou muito mais consagrada, alargada e diversificada, é que começaram a surgir *desks* de investigação especializados, frequentemente para trabalhar em matérias mais longas que exigiam mais recursos e conhecimentos. E para muitos leitores, só foi nos anos 60 e 70, e de forma mais visível com a publicidade mundial dada à investigação do caso Watergate nos EUA pelos jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein, é que o conceito de ‘jornalista de investigação’ ganhou raízes. Woodward e Bernstein seguiram uma pista para destapar e provar exaustivamente actividades ilícitas de grande escala pelo então Presidente Richard Nixon e pelos seus agentes. Nixon foi forçado a demitir-se, e o livro – convertido depois em filme – “Todos os Homens do Presidente” (*All The President's Men*), fez de Woodward e Bernstein, daquilo que realizaram e de como o realizaram, a base de muita discussão popular e ilustração do trabalho de investigação da imprensa.

Mas outras matérias de investigação tiveram um impacto similar na América. Seymour M. Hersh ajudou a revelar o massacre em My Lai durante a guerra do Vietname e, recentemente, contribuiu para o debate acerca da ocupação do Iraque pelos EUA, denunciando os abusos contra prisioneiros no centro de detenção de Abu Ghraib. Stephen Grey revelou o caso das ‘rendições extraordinárias’ em que suspeitos terroristas eram secretamente transferidos pelos EUA de prisões de países que não permitem a tortura para prisões de países que a permitem.

Mais recentemente, estudantes de jornalismo da Northwestern University, perto de Chicago, trabalharam numa equipa com o seu professor de Direito e alguns jornalistas locais a fim de investigar presos colocados no corredor na morte. Descobriram que cerca de 60 por cento das condenações não eram conclusivas; os presos foram soltos e o governador estadual demitiu-se.

O fracasso flagrante de oferecer ajuda humanitária adequada à cidade de New Orleans depois do furacão Katrina foi revelado por jornalistas locais que se recusaram a acreditar na letra das declarações oficiais. Talvez alguns dos capítulos mais corajosos de jornalismo de investigação tiveram lugar em países da antiga União Soviética onde, por exemplo, a jornalista russa, Anna Politkovskaya, foi assassinada por tentar chegar muito ao fundo dos abusos que acompanharam a campanha militar russa contra os separatistas chechenos.

Todavia, uma vez que o conceito é relativamente novo, uma das imagens mais regularmente recorrentes do jornalista de investigação em acção provém de um filme. A película *All the President's Men* deixou o legado de uma imagem particular do jornalismo de investigação: repórteres corajosos e bastante individualistas, alertados por denúncias, que derrubam uma figura poderosa e corrupta. Esta imagem moldou muitas das definições do jornalismo de investigação que encontramos. Porém, como veremos, embora seja uma obra importante, ela não apresenta o quadro abrangente dos jornalistas de investigação e do seu trabalho em todo o mundo.

Muitos órgãos de notícias em África, por exemplo, não são suficientemente grandes nem diversificados para se darem ao privilégio de ter uma unidade investigativa especializada. Muitos jornalistas não têm acesso à aquisição formal de conhecimentos. Muitos países africanos – e especialmente as suas áreas rurais – possuem infra-estruturas de comunicação pobres e acesso limitado a arquivos e registos oficiais. Por vezes, os arquivos oficiais são incompletos, indevidamente mantidos e sujeitos a leis rígidas de segredo oficial ou privacidade, que são frequentemente resquícios da era colonial. Portanto, tentar seguir o modelo de Woodward e Bernstein nem sempre pode ser possível, e os jornalistas africanos podem ver-se obrigados a ser muito mais criativos e flexíveis para encontrar rotas alternativas com vista a obter as provas de que precisam.

Mas, discute-se também o facto de saber se o modelo Woodward e Bernstein é o único modelo possível.

Para além de se basear nas práticas de um país cujas infra-estruturas e recursos são, de longe, muito mais acessíveis, o referido modelo tende também a sugerir que os repórteres de investigação devem priorizar apenas matérias de grandes proporções: presidentes que recebem subornos multimilionários de empresas de petróleo ou fraudes eleitorais, por exemplo.

Embora casos deste tipo devam decididamente ser investigados, eles constituem apenas uma fracção de um vasto universo de questões que devem merecer o escrutínio da comunicação social. Existem vínculos muito complexos entre a comunicação social, a sociedade civil, conceitos de democracia e poder, e processos de mudanças sociais. Acreditar naquilo que este modelo mostra à primeira vista pode impedir-nos de pensar mais profundamente nesses vínculos, e especialmente no modo em como actuam nos nossos próprios países. Embora o presente manual seja de carácter prático, e não uma tese sobre comunicação social e democracia, os jornalistas deverão analisar estas questões para desenvolver uma abordagem ética do seu trabalho. Debruçar-nos-emos sobre algumas dessas questões no Capítulo 8.

Uma boa definição deve incluir todos os aspectos pertinentes e excluir aquilo que não constitui jornalismo de investigação, para que o possamos distinguir das outras actividades da comunicação social.



Quais dos exemplos que se seguem constituem jornalismo de investigação real?

Leia as seguintes breves descrições de projectos de reportagens. Quais deles diríamos que reúnem os elementos de uma reportagem investigativa, e quais não os reúnem? Porquê? Porque não? Pensar nisso durante 5-10 minutos antes de prosseguir com a leitura.

- 1** O meu jornal recebe um fax anónimo de páginas tiradas do relatório de uma comissão de inquérito, ainda não tornado público, a confirmar que um ministro sob investigação por corrupção recebeu, de facto, subornos e adjudicou contratos de forma fraudulenta. Tanto quanto me é possível, verifico se as páginas parecem autênticas e publico o conteúdo sob o título "Chegou a fazê-lo, relatório confirma".
- 2** Um homem entra nas instalações do meu jornal com a mão toda envolta em ligaduras. Mostra-me as suas feridas e descreve como o seu chefe o obrigou a usar máquinas sem resguardos, recusando-se a fornecer-lhe luvas de protecção. Telefono para o empregador, que desmente tudo. Tiro fotografias da mão mutilada do homem e publico um artigo de primeira página a exigir que a fábrica seja submetida a uma inspecção.
- 3** Sou um repórter de televisão. Recebo a missão de sair num carro de patrulhas da polícia local e gravo numa câmara dissimulada tudo o que acontece, incluindo a detenção violenta de dois homens que, segundo o que a polícia me diz, são conhecidos traficantes de drogas. Depois de regressar à minha redacção, transformo a minha filmagem num programa de meia hora para mostrar a realidade do trabalho da polícia.
- 4** Um repórter regressa de um evento num casino com fotografias que mostram um industrial muito conhecido e casado a beijar e a abraçar intimamente uma mulher que não é a sua esposa. Verifico cuidadosamente e confirmo junto da recepção e do pessoal do hotel que o referido industrial e a mulher registaram-se como marido e mulher e passaram três noites juntos. Consigo identificar a mulher e descubro que ela também é casada com uma outra pessoa: um outro magnata de elevado estatuto. Tenho a certeza de que as minhas fontes são dignas de confiança e publico a matéria sobre o comportamento escandaloso de figuras públicas.

LER**responder****Quais dos exemplos que se seguem constituem jornalismo de investigação real? (contínuo)**

- 5 do do local em que apanho o táxi que me leva ao trabalho. Obtenho uma amostra dessas águas, meto-a num jarro velho e levo-a a um amigo que trabalha num laboratório, para análises. Caminho pela rua acima e vejo que as águas residuais estão a jorrar de um furo no pavimento. Contacto a câmara municipal e descubro, através de entrevistas, que a resolução do problema compete a dois ministérios diferentes e que as relações entre eles não são boas. Publico um artigo que começa com a 'minha' fuga e os seus riscos, mas que incide acima de tudo sobre a falta de comunicação entre as autoridades locais.

A forma como definimos o jornalismo de investigação vai determinar as nossas respostas às perguntas. Primeiro, vejamos os pontos em relação aos quais estamos todos de acordo.

Jornalismo de investigação: território comum

Jornalistas, académicos de comunicação social e comentadores estão todos de acordo em relação a certos aspectos do jornalismo de investigação:

- ✓ **Consiste em analisar profundamente uma questão ou um tópico**
Conforme a expressão 'de investigação' leva a entender, a simples transmissão de um 'pedaço' de informação – "Terá lugar uma feira de gado na aldeia X no próximo mês" – não pode ser considerada como jornalismo de investigação.
- ✓ **A questão ou o tópico deverá ser de interesse público**
'Interesse público' significa que uma comunidade ficará desfavorecida se não tomar conhecimento da informação ou ficará beneficiada (quer materialmente quer através de tomada de decisão com conhecimento de causa) com o seu conhecimento. Por vezes, o que pode ser benéfico para uma comunidade pode ser desfavorável para uma outra. Os habitantes de florestas podem exigir melhores preços se conhecerem o valor, no mercado mundial, das árvores que companhias madeireiras estejam a derrubar. Mas, a indústria madeireira poderá não querer que esta informação se propague, porque assim a exploração de madeira sairá-lhe-á mais cara. Os repórteres deverão ter consciência daquilo que constitui a sua missão e de quem servem, e isto pode implicar debates acessos em salas de redacção. 'Interesse público' significa o interesse da comunidade afectada. Não tem que ser todo o país e, na verdade, 'interesse público' pode ser diferente de 'interesse nacional'. Às vezes o termo é usado por governos para justificar actos ilegais, perigosos e antiéticos, com o pretexto de 'em nome do meu país faço tudo, correcto ou errado'; - ou, de facto, para desencorajar os jornalistas de noticiarem um problema real. Analisaremos a questão de encontrar esse tipo de ideias para reportagens no Capítulo 2.
- ✓ **É um processo, não um acontecimento**
O jornalismo de investigação nunca oferece matéria imediata. Passa por etapas reconhecidas de planificação e reportagem e deve funcionar de acordo com padrões consagrados de rigor e provas.
- ✓ **É original e proactivo**
As matérias investigadas devem basear-se no trabalho do jornalista e (quando os recursos o permitem) da sua equipa. Embora um trabalho de investigação possa começar com uma denúncia, a simples publicação da denúncia ou a divulgação do documento secreto que nos foi enviado por fax anónimo não é jornalismo de investigação. Na verdade, esse acto pode denotar tanto preguiça como desleixo. Acarreta grandes riscos porque não investigámos a identidade, a boa fé e os motivos da nossa fonte, nem a autenticidade das provas. Podemos acabar por difamar alguém, publicar mentiras ou cair na cilada de agentes de alguém. Em vez disso, devemos desenvolver hipóteses sobre aquilo que a denúncia significa e planificar investigação suplementar, decidir sobre perguntas pertinentes e ir à rua para as colocar. Devemos ver provas, assim como ouvir e analisar nós próprios as respostas e ir para além de uma simples verificação da denúncia.

'Thabogate' (África do Sul)

No dia 3 de Agosto de 2008, o jornal *Sunday Times*, editado em Joanesburgo, publicou um artigo alegando que a empresa de armamento alemã MAN Ferrostaal tinha "pago" ao (então) presidente sul-africano Thabo Mbeki "30 milhões de randes" (cerca de 4 milhões de dólares americanos) para que lhe fosse adjudicado o célebre contrato de armas para a África do Sul. O artigo baseou-se num relatório confidencial compilado pela firma de consultoria sobre riscos Kroll, sediada no Reino Unido (que não foi mencionada no artigo original), que tinha anteriormente prestado assistência à autoridade de procuradoria pública sul-africana na investigação de alguns aspectos do referido contrato de armas. A MAN Ferrostaal e Thabo Mbeki desmentiram categoricamente as acusações. O *Sunday Times* apelidou o artigo de "investigação". Mas, será que o foi? A obtenção de um relatório (explosivo) e a verificação da sua autenticidade e das suas origens, como os autores do artigo claramente fizeram, terão sido suficientes para serem consideradas uma investigação?

✓ Deverá produzir informação nova e juntar informações disponíveis anteriormente de uma nova forma para revelar o seu significado

Se a informação, ou a compreensão da sua importância, não for nova, o que é que estaremos exactamente a investigar?

✓ Deverá ter fontes múltiplas

Uma fonte única pode oferecer revelações fascinantes e (dependendo de quem a fonte é) acesso a melhor entendimento e informações que de outro modo continuariam ocultas. Mas, enquanto os elementos dessa fonte não forem verificados por confrontação com outras fontes – práticas, documentais e humanas – e não for explorado o seu significado, não terá ocorrido nenhuma investigação real. Analisaremos as ferramentas de pesquisa de que precisamos no Capítulo 6.

✓ Por causa da profundidade da sua natureza, exige maiores recursos, trabalho de equipa e mais tempo de que reportagens de rotina

Veremos que muitos dos estudos de casos que usamos no livro são resultado de investigações de equipas. Mas, esta opção coloca problemas para publicações pequenas e comunitárias com pouco pessoal, tempo, dinheiro e limitados conhecimentos especializados. Um jornalista poderá ter que solicitar subsídios para apoiar uma investigação e aprender a explorar as competências de outros fora da sala de redacção a fim de contribuir com conhecimentos especializados.

O trabalho de equipa é sempre uma boa ideia?

O jornalista Sage-Fidèle Gayala, da RDC, apresenta os argumentos a favor e contra o trabalho de equipa:

"Pode ser produtivo trabalhar numa pequena equipa, em que tenhamos determinado que cada participante tem uma especialidade útil... um participante pode realizar a investigação no terreno, um outro pode especializar-se em pesquisa e compilação de documentação e um terceiro pode redigir o artigo. Uma equipa tem boas probabilidades de trabalhar rapidamente e revelar atempadamente uma matéria em exclusivo. De igual modo, um jornalista que trabalhe sozinho pode facilmente ser eliminado sem que ninguém saiba em que assunto estava a trabalhar ou por que razão foi morto, como foi o caso de Guy-André Kieffer (ver a introdução do presente manual)".

"Contudo, devemos também reconhecer que muitas das salas de redacção nos países em que trabalhamos não são dignas de confiança. Os actores dessas salas podem ser atraídos de diversas formas para armadilhas colocadas pelo sector, pelo empresariado ou por definidores de políticas, quer essas armadilhas envolvam ameaças ou a 'compra' de jornalistas. Por outro lado, muitos dos nossos próprios jornais são de origem dúbia, tendo recebido fundos de arranque de um ou outro grupo de interesse. Os chefes de redacção são o primeiro alvo, e às vezes os principais prevaricadores. A trabalhar num contexto destes, um jovem jornalista terá grandes dificuldades em concluir um projecto de investigação. Os esboços podem ser fiscalizados ou alterados por um chefe de redacção. Em muitos casos, portanto, apesar da lentidão e dos riscos, uma investigação conduzida por uma única pessoa tem melhores probabilidades de sucesso".

Jornalismo de investigação: definições que requerem cuidados

Algumas outras definições, porém, como aquelas que apresentámos no início, são mais discutíveis.

Quatro mitos sobre o jornalismo de investigação

Edem Djokotoe volta à questão dos mitos inspirados pelo filme All the President's Men

Mito 1 É fascinante e pode definir uma carreira, ao ponto de criar vedetas

Talvez esta seja a razão pela qual, na capa do meu exemplar do livro em que o filme se baseia, aparecem NÃO os autores do livro, mas os actores do filme: Robert Redford e Dustin Hoffman. Porém, como o presente manual mostra, o jornalismo de investigação é, na maior parte dos casos, um trabalho árduo, monótono e, às vezes, perigoso.

Mito 2 Os jornalistas podem de facto ser mais importantes do que os artigos que produzem

Jornalismo de investigação é serviço público, não uma ostentação de vaidades, e o facto de sermos um jornalista de investigação não nos dá nenhum direito de calcar os padrões de deontologia profissional.

Mito 3 O jornalista de investigação é uma espécie de Patrulheiro Solitário

Do ponto de vista cinematográfico, é prático ter um herói porque a acção pode girar à sua volta. É vantajoso ter um actor bem-parecido como Denzel Washington no filme *The Pelican Brief*, baseado no romance de John Grisham. Na realidade, no entanto, o jornalismo de investigação não é sustentável se não for um esforço de equipa. Bernstein e Woodward reconhecem este facto na parte dos agradecimentos do livro: “À semelhança da cobertura do Watergate pelo jornal *The Washington Post*, o presente livro é resultado de um esforço de colaboração com os nossos colegas – directores, chefes de redacção, repórteres, bibliotecários, operadores de telefones, ajudantes editoriais.”

Mito 4 O jornalismo de investigação é o domínio da comunicação social privada

Não é totalmente verdade. É principalmente liderado pela comunicação social privada, mas existem exemplos bem conhecidos em que órgãos de imprensa do estado realizaram investigações pioneiras contra governos. Ver o artigo sobre a investigação de Willowgate na introdução do presente livro.

“Jornalismo de investigação é simplesmente bom jornalismo”

Esta definição provém da opinião tradicional de que os jornalistas são como ‘guardiões’, cuja missão consiste em farejar actos ilícitos, apontar o dedo aos culpados e noticiar de uma forma que promova mudanças. E esta é certamente uma parte do nosso papel.

Quando os jornalistas são bem sucedidos nos seus esforços, a vida pode melhorar efectivamente e fortalece-se o reconhecimento público em relação à importância de uma imprensa livre. Mas, os jornalistas, hoje em dia, não são os únicos guardiões; funcionam paralelamente a várias organizações da sociedade civil, algumas (como a Transparency International) com a missão explícita de manter o poder debaixo do olho e farejar actos ilícitos. E os jornalistas fazem muitas outras coisas, para além de serem guardiões: parafraseando uma velha palavra de ordem, a comunicação social “informa, educa e entretém”. Assim, embora os jornalistas devam aplicar todas as competências que o bom jornalismo exige – observação, pesquisa e determinação na busca de respostas – em escala muito elevada, estes elementos não traduzem completamente o seu trabalho, nem o tornam diferente do trabalho dos outros.

“O jornalismo de investigação descobre segredos que alguém quer manter encobertos”

Este é o tipo de jornalismo de investigação que faz os grandes títulos – não apenas nos jornais que realizaram a investigação, mas também em todo o mundo, às vezes. Esses grandes títulos fazem frequentemente alarde da palavra ‘Revelações!’ A investigação sobre o caso Watergate foi deste tipo. Também o é o actual trabalho do jornal *The Guardian* do Reino Unido (e de vários jornalistas sul-africanos, principalmente do *Mail & Guardian* editado em Joanesburgo) para descobrir e apresentar pormenores de pagamentos efectuados sub-repticiamente pela fábrica de armas britânica BAE com vista a ganhar contratos internacionais.

E quando o jornalista serra-leonês Sorious Samura realizou em 2000 o documentário televisivo *Cry Freetown* sobre as atrocidades da guerra civil do seu país, o jornalista estava a revelar horrores que, na sua opinião, ninguém queria ilustrar:

“Tentar explicar o que aconteceu de facto na Serra Leoa a qualquer pessoa que nunca viu nem sentiu uma guerra com a magnitude da nossa é uma tarefa verdadeiramente gigantesca, especialmente depois da rejeição pela imprensa internacional de mandar jornalistas a fim de cobrir os piores crimes contra a humanidade no mundo em finais do século XX. As pessoas não acreditarão nem um pouco em nós – pensarão simplesmente que estamos a inventar coisas. Apenas acreditarão que situações como assassinatos em massa, violações sexuais, amputações, mutilações e outros horrores são histórias do passado, (...) quando pessoas como Jesus Cristo foram espancadas e pregadas em cruzes. Sei que as pessoas dirão que estas coisas já não acontecem – estes tempos são modernos – somos pessoas civilizadas a viver

num mundo moderno. Bem, todas estas atrocidades foram cometidas aqui na Terra, na Serra Leoa, um pequeno estado da África Ocidental, justamente no momento em que nos aproximamos da viragem para num novo século – o século XXI.”

Mas, como Samura quer fazer entender, não se trata apenas de investigar segredos que estão fechados por leis e ocultação. Sage Gayala da RDC fala do papel dos jornalistas para descobrir “uma evolução social, económica ou cultural que seja recente de mais para ser identificada por peritos, encoberta por sabedoria herdada e mascarada por sensacionalismo da imprensa. Por exemplo: as relações entre os agricultores e a comunidade urbana; as verdadeiras vidas dos trabalhadores no nosso país; o ressurgimento do tipo de pobreza que os benefícios sociais deviam curar. É importante que os jornalistas de investigação se concentrem nisto; a nossa tarefa principal é informar, educar e, deste modo, ajudar a transformar a sociedade para melhor”.

O jornalista e romancista britânico George Orwell, que trabalhou na Europa por altura da Segunda Guerra Mundial, referiu-se a “ideias impopulares e factos inconvenientes”: ideias que são enterradas simplesmente porque se pensa que é inaceitável, indelicado ou mesmo antipatriótico falar delas. Às vezes o pensamento convencional numa sociedade, e não as acções deliberadas de indivíduos, cria um manto de secretismo que os jornalistas devem romper. Muitos jornalistas que trabalham em questões ligadas à violência baseada no género e à sexualidade enfrentam este tipo de secretismos. A activista Elinor Sisulu, que realizou um trabalho para documentar o massacre de Gukurahundi no Zimbábue, no período pós-independência, e os actuais abusos de poder por parte do governo naquele país, disse o seguinte sobre África: “O nosso continente é de silêncios.” Talvez a tarefa do jornalista de investigação é identificar esses silêncios e fazê-los falar.

IER

Silêncios africanos

responder

Edem Djokotoe sugere alguns exemplos de áreas que os jornalistas de investigação poderiam analisar:

“Investigar instituições poderosas como a Igreja Católica é um exemplo. Na Zâmbia, onde vivo e trabalho, a voz dos bispos na política do país soa alto. E dado que mais de 60 por cento dos cristãos zambianos são católicos (de acordo com o Gabinete Central de Estatística), pode-se imaginar o tipo de poder que detêm. Curiosamente, enquanto os bispos fazem ouvir frequentemente a sua voz no que toca a democracia e partilha de poder, a Igreja a que pertencem é extremamente autocrática. Foi necessário um sacerdote zambiano, o Arcebispo Milingo, cujo casamento com uma mulher do grupo *moonie* foi bastante propalado, para mostrar que havia de facto um movimento que queria que a Igreja Católica revise a sua doutrina sobre o celibato. Isto, e o crescente número de crianças em orfanatos geridos pela Igreja Católica, alegadamente filhos de padres, e o crescente número de freiras e frades que estarão a contrair o VIH. Naturalmente, a Igreja Católica não tem muito interesse em encarar estas realidades por razões que não posso explicar, mas são questões que convidam investigações por parte da comunicação social”.

“A questão de instituições poderosas traz à mente os franco-mações que durante séculos têm actuado por detrás de um espesso manto de secretismo. Livros como *Inside the Brotherhood* (Por Dentro da Irmandade), de Martin Short, e o ensaio *The Brotherhood* (A Irmandade), de Stephen Knight, abrem todo um leque de possibilidades sobre aquilo que pesquisas e investigações perseverantes podem revelar”.

“Contudo, os franco-mações não detêm o monopólio do secretismo. Por todo o continente africano, existem sociedades esotéricas em que se realizam todos os tipos de rituais. Existem véus de secretismo à volta das instituições de líderes tradicionais. Entre muitos grupos étnicos em África, quando morre um líder tradicional, o facto não é anunciado. Por vezes, a morte é mantida em segredo durante meses. No passado, esta prática destinava-se a facilitar uma transição harmoniosa de poder a uma nova liderança, para que não houvesse um vazio nesse poder. Há a especulação de que o secretismo servia para permitir que os carrascos reais matassem as pessoas que acompanhavam o potentado morto ao outro mundo. Entre outros grupos, dizia-se que ainda estavam vivos aqueles que eram enterrados com o rei. Mesmo assim, é difícil saber onde terminam os mitos e começam os factos, mas penso que o nosso sentido de curiosidade acerca dos nossos próprios grupos étnicos deveria inspirar-nos a achar aquilo que, na nossa opinião, devemos saber sobre nós próprios. As possibilidades são infinitas”.

Quais são “as ideias impopulares e os factos inconvenientes” – os silêncios – na nossa comunidade?

Durante alguns minutos identifique e anote as questões de que ninguém quer realmente falar. Poderá haver aqui matéria de investigação, embora, como veremos no Capítulo 2, haja trabalho a fazer antes de passar de uma ideia ao plano de um texto.

“O jornalismo de investigação revela escândalos e envergonha as pessoas envolvidas”.

O jornalismo de investigação nem sempre é bem visto. Obviamente, as pessoas detectadas a cometer ilícitos nunca se comprazem disso. Às vezes, porém, os leitores também têm as suas dúvidas. E muito frequentemente é este tipo de jornalismo de investigação – “sensacionalista”, como por vezes é chamado – que deixa o público indignado. A simples propagação de escândalos poderá não ter nenhum outro propósito senão agradar à tendência de as pessoas se intrometerem nas vidas particulares dos outros. Para que seja digno de uma investigação, um ‘escândalo’ deve ser, a par de um mau comportamento individual, um tipo de acto ilícito que afecte o interesse público e em que haja muita coisa em jogo.

Dos Estatutos do Fórum dos Jornalistas de investigação Africanos (FAIR)

“[O nosso trabalho] vai para além de uma simples incidência sobre indivíduos corruptos a favor de uma denúncia mais sistemática e contextualizada da corrupção”.

É importante que os indivíduos corruptos sejam travados. Mas se uma peça investigativa olhar apenas para os criminosos, e não para o sistema deficiente que lhes permite sair impunes, essa peça apenas terá aberto o caminho para que um novo bando de burlões faça exactamente a mesma coisa (e provavelmente ter-lhes-á ensinado como fazer melhor). Um artigo de investigação deve alertar aqueles que podem colmatar as lacunas que tenham sido expostas. Se os que estiverem no poder não o fizerem, uma outra matéria investigativa será necessária para saber porquê.

Contudo, os ricos, os famosos e os poderosos não são os nossos únicos alvos. O professor de jornalismo Anton Harber, um antigo chefe de redacção do *Mail & Guardian* publicado em Joanesburgo, ao tomar a palavra num encontro de jornalistas de investigação pan-africanos, observou o seguinte:

“Normalmente falamos de jornalismo de investigação em termos de artigos grandes, dramáticos, pioneiros e devastadores que derrubam governos. Naturalmente, gostamos todos dessas matérias pelo menos uma vez na vida. Mas, de modo mais regular e no nosso quotidiano, também tem a ver com a aplicação das técnicas e das atitudes deste tipo de artigos e deste tipo de jornalismo às reportagens do dia-a-dia e bastante prosaicas: investigar, confirmar se as palavras ditas pelas autoridades são verdadeiras, denunciá-las quando não o são, descobrir aquilo que não querem que noticiemos, por oposição à divulgação daquilo que nos mandam noticiar. Tem também a ver com a recolha de provas para podermos noticiar os factos. É uma atitude que não pertence apenas às reportagens de natureza política, mas também às reportagens sobre os negócios, a cultura, a saúde e até os desportos.”

Assim, o jornalismo de investigação:

- Aplica a caixa de ferramentas de qualquer bom jornalista, mas a um nível muito elevado de competências;
- Revela tanto factos formalmente considerados como secretos, como questões de que ninguém quer falar; e
- Analisa não só indivíduos como também sistemas e processos deficientes.

Tudo isto, no entanto, levanta outras interrogações. Tudo isto soa como se o jornalista de investigação prestasse apenas atenção aos fracassos, às avarias, à corrupção e ao abuso de poder, e como se ele fosse em larga medida o equivalente ao detective policial na comunicação social. Será isto correcto?

Jornalismo de investigação: **tópicos para a continuação do debate**

O Jornalismo de investigação concentra-se apenas em más notícias?

A resposta é “em grande parte do tempo”. A prioridade das comunidades e dos meios de comunicação social que as servem é de descobrir e corrigir males e ilícitos o mais depressa possível. Portanto, esta é a área, particularmente em situações de limitados recursos para as salas de redacção, em que o repórter de investigação incidirá as suas atenções na maior parte das vezes. Mas, o jornalismo de investigação, de quando em quando, tem também o papel de trazer à superfície factos positivos. Contrariar imagens tendenciosas e negativas de pessoas ou comunidades, por exemplo, poderia formar a base de boas matérias investigativas reais. Contudo, essas matérias teriam que ser pesquisadas de modo profundo e competente, e teriam que trazer à luz novas informações importantes. ‘Jornalismo bajulador’ superficial ou “canções de louvor” não entram nesta categoria. E os jornalistas de investigação também podem aplicar as suas competências a ideias: um artigo que descreva em pormenor a teoria e a prática das estratégias de um partido político não teria que ser necessariamente uma ‘matéria de arrasar’ para ser considerada uma peça investigativa sólida e útil.

Os jornalistas de investigação são detectives?

Se estivermos a falar das competências que aplicam, a resposta é “Sim”. Uma matéria investigativa começa com uma pergunta. O jornalista efectua pesquisas para formular uma ‘hipótese’ (a melhor probabilidade) acerca da resposta e do seu significado social. Depois, leva a cabo outras pesquisas: seguir o rasto de um documento, efectuar entrevistas que por vezes dão a impressão de serem interrogatórios, compilar um corpo de provas, algumas das quais extremamente detalhadas ou técnicas.

O jornalista aplica padrões reconhecidos (semelhantes àqueles que seriam usados num tribunal de justiça) tanto àquilo que se considera como provas válidas, como àquilo que contribui para a confirmação conclusiva. Porque as leis da difamação (libelo e calúnia) existem, os padrões do jornalista para a investigação e a verificação de factos não poderão ser inferiores àqueles que usaria um detective para constituir um processo de acusação. (Veremos mais informações sobre todos estes processos nos Capítulos 3-7).

Por vezes, no entanto, a pergunta tem um outro significado. O que de facto se quer saber é: "Uma vez que os jornalistas de investigação estão a descobrir actos ilícitos, é correcto que se comportem como detectives, incluindo trabalhar dissimuladamente e usar técnicas como microfones ou máquinas fotográficas escondidas?"

A resposta é mais complicada. Os jornalistas de investigação – incluindo alguns dos melhores – usam de facto estas técnicas. Mas, convém lembrar que o âmbito do trabalho à paisana de um detective, e os direitos dos cidadãos que estão a ser investigados pela polícia, são habitualmente regidos por um determinado quadro jurídico. Os jornalistas apoiam-se na sua própria ética, e não estão dispensados de respeitar as leis de privacidade. Assim, tanto para garantir um jornalismo ético como para evitar acção judicial, os jornalistas de investigação devem colocar a si mesmos perguntas de investigação antes de agirem (ver Capítulo 8). Não é automaticamente a correcta, a melhor ou a única técnica de recolher informações. Lembremo-nos de que as máquinas fotográficas e os gravadores escondidos apenas alargam o nosso acervo de provas brutas, mas não se substituem ao trabalho de análise, verificação e contextualização dessas provas, nem à compilação de uma matéria com sentido. Os documentos públicos contêm uma grande quantidade de provas. Basta sabermos onde procurar e como coligir essas provas, e este será o tema do Capítulo 6.

E os jornalistas de investigação também realizam um trabalho diferente daquilo que fazem os detectives. Às vezes, a finalidade da sua investigação não é provar a culpa, mas simplesmente testemunhar: contar a história – em pormenores cuidadosamente verificados – na sua verdadeira versão. O relato do jornalista da revista *Drum* Henry Nxumalo sobre as suas permanências dissimuladas na prisão e como condenado a trabalho forçado (ver estudo de caso) constituem este tipo de investigações. Como o são partes do documentário *Cry Freetown*.

Os detectives terminam o seu trabalho depois de terem descoberto e puderem provar quem cometeu o crime. O jornalismo de investigação vai para além da simples identificação da resposta. Recolhe os verdadeiros factos, verifica-os e, neste processo, revela o significado do assunto, mostrando a sucessão de eventos, acções ou provas que respondam à pergunta: "Porquê?" Explica o contexto e as subtilidades de uma questão, ao invés de se limitar a apontar um dedo acusador.

É ao alcançar este grau de profundidade no seu trabalho que os jornalistas de investigação respondem a perguntas referentes à sua "objectividade". Decerto, o jornalismo de investigação, que tem sido chamado "o jornalismo da indignação", não procura produzir uma matéria artificialmente equilibrada com duas versões de um facto. Se um processo permite que funcionários aduaneiros recebam subornos, e alguns o façam, esta é a versão que será apresentada. Não haverá sofismas do tipo "podemos estar errados" ou "podemos estar a interpretar mal". Caso essas dúvidas ainda subsistam, é porque a investigação não foi suficientemente a fundo e a matéria não está pronta para publicação.

Mas, nunca existem apenas duas versões de um facto. E o equilíbrio numa matéria investigativa obtém-se explicando estas situações com versões múltiplas e dizendo ao público não apenas o que ocorreu, mas também porquê. Será que os salários dos funcionários alfandegários são baixos de mais para sobreviver? O moral é baixo? Trabalham numa cultura de corrupção que se estende até aos escalões mais altos? Um detective deixa o ónus de explicar aquilo que seriam circunstâncias atenuantes aos advogados de defesa. O bom jornalista de investigação explica o contexto em todas as suas dimensões.

Há também a percepção de que um jornalista de investigação é na verdade um cientista. Os nossos métodos de trabalho exigem que tenhamos um espírito aberto até reunirmos provas suficientes que sustentem a ideia da nossa matéria, que não ignoremos as provas que contradigam essa ideia, e que alteremos as nossas constatações se as provas apontarem para uma outra direcção. Em todas estas situações, o nosso trabalho assemelha-se à ciência, em que os pesquisadores formam uma hipótese (por exemplo: água poluída causa cólera) e a ensaiam até que confirmem se é correcta ou não.

Também somos gestores. Particularmente num projecto de grande envergadura e prolongado, em que ficamos envolvidos numa profunda pesquisa, compilando documentos e trabalhando com outros protagonistas de salas de redacção e não só, devemos ter a capacidade de manter um desenrolar harmonioso do trabalho e de planificar, assim como a capacidade de comunicar claramente e manter a coesão da equipa.

LER**Então, o que é jornalismo de investigação real?****responder****Fax anónimo**

Não, isto não é investigação. Recebi inesperadamente informações anónimas e não confirmadas que não tive o suficiente cuidado de verificar. Fiz um trabalho que denota preguiça e acarreta riscos, e pode até ser difamação. No Capítulo 4 vamos analisar como se deve tratar de denúncias e fontes cuja principal mercadoria de venda é a 'deturpação' ou 'manipulação'.

**Mão mutilada**

Não, isto também não é investigação. Uma chamada telefónica destinada a obter uma confirmação 'puramente

IER**Então, o que é jornalismo de investigação real? (cont.)****responder**

simbólica' não é a forma adequada de verificar factos. Nem sequer visitei a fábrica: o meu apelo de primeira página para que os inspectores da fábrica o façam é uma forma barata de eximir-me da minha própria responsabilidade de verificar antes de imprimir. Em 2005, a maioria das queixas ao Provedor de Imprensa da África do Sul diziam respeito a matérias deste tipo, que atacavam instituições sem investigar profundamente as alegações feitas contra elas. Suponhamos que na verdade o homem tivesse magoado a sua mão quando estava a consertar o seu carro depois das horas de serviço? Como haveríamos de saber?

Patrulha com a polícia local

A classificação deste caso como jornalismo de investigação depende da forma como é contextualizado e apresentado. Se eu apresentar a filmagem simplesmente como testemunho da vida dura e tensa que os agentes da polícia levam – uma verdade entre muitas – poderá ser jornalismo de investigação. Não se pode afirmar mais em relação ao programa se não forem efectuadas outras investigações da situação retratada, ou mesmo realizados programas de sequência de diferentes pontos de vista. O que tenho actualmente foi-me apresentado de bandeja pela polícia e interpretado através daquilo que ela me disse. Devo tratar da filmagem dos dois homens detidos com muito cuidado e no âmbito das regras do meu país sobre a divulgação de assuntos de tribunais e polícia pela imprensa. Não efectuei nenhuma investigação e apenas ouvi a polícia dizer-me que os presos são criminosos.

Adultério por pessoas de elevado estatuto

À primeira vista, o caso PARECE ser jornalismo de investigação. Verifiquei cuidadosamente todos os pormenores, possuo tanto fotografias como confirmação por entrevista, e identifiquei correctamente as pessoas envolvidas. Mas, porque o faço? Não há interesse público aqui. As únicas pessoas interessadas são os dois amantes e os seus cônjuges. Isto não é jornalismo de investigação, apenas uma forma de tentar vender jornais recorrendo a escândalos tocantes a nomes bem conhecidos. Mexericos, mesmo quando meticulosamente pesquisados, não passam disso mesmo, mexericos.

Águas residuais em esgoto

Esta pode ser uma história pequena e local, mas é jornalismo de investigação real. Verifiquei as informações, consultei as partes intervenientes e peritos, identifiquei o significado daquilo que notei e alarguei esse significado numa notícia de interesse público genuíno.

Porque realizar jornalismo de investigação?

O jornalismo de investigação, como vimos, pode ser uma actividade morosa, onerosa e arriscada. E muitas vezes os jornalistas de investigação constataam que devem convencer os seus chefes de redacção de que vale a pena correr o tipo de riscos envolvidos quando os últimos podem produzir jornais perfeitamente satisfatórios noticiando apenas eventos do dia-a-dia. Assim, analisemos algumas das objecções e as razões pelas quais os projectos de investigação valem a pena.

1 “Jornalismo de investigação é para a Europa e a América; não funciona num país em desenvolvimento”

Conforme vimos, a comunicação social anti-colonial e anti-apartheid no passado, e os jornais independentes activistas de hoje, já há muito provaram que isto não é verdade. Mas, é também importante notar que não há um estilo único de jornalismo de investigação, nem um modelo nacional. Esta realidade é válida mesmo para a Europa. Um estudo em 2005, realizado pela Associação Holandesa e Flamenga de Jornalismo De investigação, chegou à conclusão de que não existe nenhuma cultura ‘europeia’ distinta de jornalismo de investigação, e que as práticas variavam consideravelmente de país para país. Por exemplo, 90 por cento dos jornalistas no Reino Unido e na Finlândia pensavam que era muito importante que os jornalistas fossem fiscalizadores dos governos, mas apenas 30-40 por cento dos jornalistas em França e na Alemanha pensavam da mesma forma.

2 “É demasiado oneroso!”

O estudo da Associação Holandesa e Flamenga de Jornalismo de investigação constatou que não havia nenhuma correlação entre a boa condição financeira de um órgão de comunicação social e a realização de projectos de investigação. Na verdade,

verificaram frequentemente um maior empenho em relação ao jornalismo de investigação em órgãos pequenos, pobres e independentes. O Professor Harber indica que na África do Sul “nem sempre é necessário muito tempo e dinheiro, e quando olhamos para algumas das grandes investigações efectuadas na história da África do Sul concluímos que muitas delas não se basearam em tempo e recursos enormes, mas sim em determinação e empenhamento”.

As pequenas publicações, como é óbvio, são normalmente livres dos ‘compromissos’ corporativos que muitas vezes estabelecem políticas conservadoras. Existem actualmente fundos que apoiam estes órgãos em projectos importantes. Mas o seu empenho em relação à investigação também assenta num outro argumento chave.

3 “O jornalismo de investigação conquista leitores e promove publicações”

Gavin Macfadyen, Director do Centro de Jornalismo de investigação, sedado no Reino Unido, defendeu a questão de modo convincente no discurso que proferiu durante a cerimónia dos Prémios Taco Kuiper de jornalismo de investigação em 2007, em Joanesburgo:

“Quando aparecem investigações sérias, as pessoas falam delas. Muitos ficam a saber delas, oralmente. As vendas aumentam, os níveis de audiências sobem, os programas adquirem credibilidade real e, o que é mais importante ainda, alcança-se um público fiel. Quando as notícias afectam verdadeiramente as pessoas, fala-se delas e são acompanhadas. Esta parece ser a realidade na maioria dos países. Também afecta a cultura da imprensa. Os chefes de redacção e os produtores tornam-se em profissionais mais sofisticados, ou mais combativos, sabendo como devem usar a lei da imprensa para capacitá-los, ao invés de colocar travões à denúncia de factos, edificando os espectadores e os leitores com reportagens mais agressivas.”

E finalmente...

4 “O jornalismo de investigação contribui para estabelecer a democracia”

O jornalismo que nunca procura ir para além do evento ou da posição oficial permite que os detentores do poder ditem as regras. As notícias são feitas do topo à base. Os princípios que criam democracia, participação popular, prestação de contas e funcionamento transparente do governo continuarão a ser conceitos só de papel se ninguém fizer perguntas e oferecer informações e análises, olhando para além das afirmações e contra-afirmações das partes em litígio. Em última análise, o jornalismo de investigação é o caminho correcto a seguir.

Valor do jornalismo de investigação

Mark Hunter e Luuk Sengers apresentaram os seguintes pontos relativamente ao valor do jornalismo de investigação durante o Seminário sobre Jornalismo de investigação em 2007, em Joanesburgo:

Que valor temos para os outros?

- Ajudamos os consumidores a efectuarem melhores escolhas;
- Ajudamos os investidores a tomarem melhores decisões;
- Identificamos políticas e produtos promissores, perigosos, etc.;
- Encontramos sentido em informações confusas;
- Denunciamos informações falsas.

De que qualidades precisa um repórter de investigação?

Com base naquilo que leu até agora, reflecta durante dez minutos e tente elaborar uma lista das qualidades pessoais de que, na sua opinião, um repórter de investigação deve possuir.

Poderá ter incluído algumas ou todas estas que se seguem:

1 Paixão

Evelyn Groenink, radicada na África do Sul, afirma o seguinte: “Reconheçamos que a maioria dos jornalistas de investigação nunca serão representados por Robert Redford ou Cate Blanchett num filme de Hollywood, por mais corajoso e importante que seja o trabalho que estejam a fazer ou que tenham feito! A maioria do jornalismo de investigação é um esforço ingrato que consome tempo e energias, que vai tornar o nosso chefe de redacção impaciente e as pessoas poderosas agastadas connosco. Se gostamos de um rendimento estável e promoções regulares, se o nosso desejo mais profundo é um cargo de direcção com um salário condizente e se nos agrada sermos convidados a jantares e festas oferecidas por dignitários do nosso país ou da nossa comunidade, então o jornalismo de investigação não é provavelmente para nós. Mas, se gostamos de desafios, temos paixão pela verdade e pela justiça e queremos servir os nossos leitores ou ouvintes com artigos importantes, independentemente do tempo e da energia que isto nos custe – e mesmo se algumas pessoas poderosas acabem por ter para connosco sentimentos menos amistosos – então, sigamos em frente, sem hesitação!

2 Curiosidade

Fazer perguntas é onde o jornalismo de investigação começa. As perguntas podem dizer respeito a eventos da actualidade ou a factos que tenhamos presenciado ou ouvido na nossa vida quotidiana.

Fazer perguntas é onde tudo começa

Em 2004, a jornalista queniana Joyce Mulama ouviu, tanto de mulheres que encontrava como de trabalhadores da saúde, que se estava a tornar muito mais difícil obter ou prestar aconselhamento sobre a contracepção e o aborto. A jornalista investigou e descobriu que estava situação se verificava com programas financiados pela agência USAID e era uma consequência de regras de 'moral' arregaçadas nos mais recentes regulamentos norte-americanos sobre ajuda. Descobriu também que jornalistas tanto da América do Norte como de outros países beneficiários de ajuda estavam também a investigar o problema, que ganhava proporções significativas e que estava a afectar a vida das mulheres em todo o mundo.

3 Iniciativa

Conforme notámos, muitas salas de redacção funcionam com recursos limitados e todas devem observar prazos muito curtos. Assim, qualquer ideia investigativa que se mencione numa reunião da redacção não será sempre adoptada imediatamente, particularmente se não tiver fundamento e for vaga. Temos que tomar a iniciativa, realizar o nosso próprio trabalho de verificação preliminar e transformar a ideia em plano sólido de uma reportagem. Se, mesmo assim, a nossa sala de redacção não estiver interessada, poderemos ter que tomar outras iniciativas na identificação de apoios (como um subsídio de investigação) para o trabalho necessário. (Ver Capítulos 2-3).

4 Pensamento lógico, organização e autodisciplina

As reportagens de investigação levam tempo e, por causa dos riscos legais que muitas vezes implicam, devem ser verificadas até ao último pormenor. Temos, portanto, que ser planificadores cuidadosos para fazermos o melhor uso do nosso tempo, e obsessivos em relação à verificação e re-verificação de tudo aquilo que descobrimos, certificando-nos de que a nossa matéria é coerente.

5 Flexibilidade

Uma investigação pode tomar uma direcção inesperada. Por vezes, a pergunta com que começamos uma entrevista pode revelar-se um beco sem saída, ou abrir a porta a uma outra pergunta, muito mais interessante, mas menos óbvia. Devemos estar preparados para repensar e reformular a nossa pesquisa quando isto acontece, e não estarmos presos às nossas ideias iniciais.

Investigações de corrupção referentes a Jacob Zuma: África do Sul

Durante anos, o debate político na África do Sul foi dominado por investigações sobre se o Presidente do Congresso Nacional Africano, Jacob Zuma, tinha recebido subornos de empresas de armamento europeias. Neste caso, a comunicação social parecia estar agarrada à sua visão de fazer incidir a investigação sobre 'corrupção em negócio de armas'. A coordenadora do Fórum dos Jornalistas de investigação Africanos, Evelyn Groenink, criticou esta actuação. "Qualquer investigador de negócios de armas dir-nos-á que, se Zuma obteve alguma coisa, foi muito pouco. Levanta-se a pergunta de saber porque a suspeita de uma pequena fatia para Zuma era mais importante para praticamente todos os jornalistas do país do que a questão do negócio de armas na sua totalidade. Os principais e mais caros contratos não tinham nada a ver com Zuma." No final, as atenções acabaram por se virar de facto para os principais contratos. As acusações contra Zuma foram arquivadas (em 2009) por causa de provas de manipulação ao nível da autoridade dos serviços de procuradoria.

6 Trabalho de equipa e capacidade de comunicação

Os filmes retratam frequentemente o repórter de investigação como um 'lobo solitário'. Por vezes há situações em que o sigilo é tão importante que uma matéria não pode ser partilhada com outros antes de serem estabelecidas algumas salvaguardas. Contudo, muitas vezes os melhores artigos são fruto de esforços de colaboração que usam todas as competências disponíveis na sala de redacção (e mesmo fora dela). Uma matéria investigativa pode exigir conhecimentos de tudo, desde a ciência e a saúde até à economia e à sociologia, e nenhum jornalista, por mais profunda que seja a sua cultura geral, pode ser especialista em todas estas áreas. Por exemplo, se estivermos a seguir o rasto de um documento através de auditorias de uma empresa e ninguém na sala de redacção tiver conhecimentos especializados de contabilidade, teremos que identificar um perito que nos possa ajudar. Portanto, as boas relações e uma rede de amigos formam parte do nosso trabalho de equipa. E teremos que ser comunicadores suficientemente bons para garantir que a equipa compreenda a finalidade do nosso trabalho e os padrões esperados de cada um dos envolvidos (rigor, honestidade, sigilo).

Eram Woodward e Bernstein realmente lobos solitários que 'derrubaram um presidente'?

Muitos jornalistas só ficaram a saber do famoso escândalo de Watergate a partir do filme. Mas a versão cinematográfica, e por conseguinte a ideia prevalecente sobre Woodward e Bernstein como lobos solitários, é incompleta e simplista. Alicia C. Shepherd, no seu livro "Woodward e Bernstein: Vida à Sombra do Watergate", indica que outros órgãos de comunicação social (incluindo a CBS, o *New York Times* e o *Los Angeles Times*) contribuíram com as suas próprias reportagens profundas, que houve um sólido trabalho de equipa no próprio jornal dos dois repórteres, o *Washington Post*, e que 'o derrube do Presidente' também envolveu outros actores dentro do sistema dos EUA como tribunais, júris de acusação e comissões do congresso. Os dois jornalistas sempre indicaram que nada acontece no vazio e o reconhecimento deste facto não retira nada aos seus esforços corajosos, determinados e consideráveis.

7 Capacidades jornalísticas bem desenvolvidas

Isto não significa que é necessário ter um diploma universitário em jornalismo. Mas é necessário ter suficiente formação ou experiência, ou ambas, para saber como identificar fontes, planificar a pesquisa de uma matéria, conduzir boas entrevistas (e detectar respostas que soam falsas), assim como redigir com rigor e para informar. Teremos também de saber quando chegamos ao limite das nossas capacidades e ter a humildade de pedir conselhos ou ajuda. Se formos relativamente inexperientes, um bom trabalho de equipa (mais uma vez) ajudar-nos-á a explorar as competências de outros quando isto acontece. Por vezes, pessoas que não têm experiência de jornalismo possuem esta capacidade. Os pesquisadores e os trabalhadores comunitários muitas vezes também receberam formação para entrevistar, assim como identificar e peneirar factos, embora possam precisar de ajuda de especialistas de salas de redacção para preparar uma matéria com vista a ser atractiva e acessível para os leitores, os ouvintes ou os telespectadores. Analisaremos técnicas eficazes de escrita e narração no Capítulo 7.

8 Ampla cultura geral e boa capacidade de pesquisa

O entendimento do contexto da nossa investigação pode ajudar-nos a evitar becos sem saída e detectar factos e questões pertinentes. Mas, se a investigação nos levar a uma área com que não estejamos familiarizados, devemos ter a capacidade de nos familiarizarmos rapidamente com pelo menos os antecedentes, as convenções, a terminologia, os actores e as questões dessa área. A capacidade de ter uma conversa de pesquisa e recolha de informação com um perito, de usar motores de buscas na Internet ou localizar e ler rapidamente livros úteis são todos aspectos vitais aqui. Acima de tudo, temos de ler – tudo, sempre que tivermos tempo para isso. Nunca sabemos quando uma pequena experiência do passado se pode revelar útil para o nosso trabalho.

9 Determinação e paciência

O jornalismo de investigação levar-nos-á perante todo o tipo de obstáculos, desde fontes que desaparecem a registos que não existem, chefes de redacção com vontade de comprimir a nossa matéria porque é longa ou cara de mais. Só a nossa própria motivação e a convicção de que a nossa matéria tem mérito é que nos ajudarão a ir até ao fim daquilo que é muitas vezes um longo processo de descobertas.

10 Sentido de justiça e deontologia sólida

As reportagens de investigação podem colocar a segurança, o emprego e mesmo a vida das fontes em perigo. Também encerram o risco de colocar as pessoas visadas em perigo similar se forem feitas acusações levianas. Assim, um repórter de investigação deve ter um conjunto sólido e explicitamente consciente de ética pessoal, para garantir que as fontes e os visados sejam tratados com respeito e, na medida do possível, protegidos de danos. Além disso, as salas de redacção que apoiam investigações devem pautar-se por códigos de ética e ter um processo estabelecido para discutir e resolver dilemas éticos. Por vezes, a confiança pública é a nossa melhor protecção e perdemos essa confiança sem nos portarmos de modo antiético. Mais sobre este assunto no Capítulo 8.

11 Discrição

A fofoca não contribui para o bom jornalismo. Conforme vimos, conversa irresponsável pode colocar uma investigação – e vidas – em risco. Porém, além disso, pode alertar rivais comerciais que divulgarão depois a nossa matéria em exclusivo, ou alertar as pessoas a entrevistar antes de termos a oportunidade de falar com elas. De formas muito diversas, falar de mais pode sabotar uma matéria.

12 Patriotismo

Os jornalistas de investigação são muitas vezes atacados como 'antipatrióticos', mas não é assim que olhamos para o nosso papel. Acreditamos que o que investigamos e descobrimos é motivado por uma preocupação pelo interesse público e por aquilo que melhorará a nossa comunidade. Edem Djokotoe, radicado na Zâmbia, adverte: "Podemos ter as melhores capacidades de pesquisa e redacção no mundo, mas se não formos motivados por convicções pessoais a fim de contribuir com as nossas competências para o bem da nossa sociedade como cidadãos, a nossa matéria carecerá de finalidade e alma."

13 Coragem

Não são apenas as pessoas visadas e as fontes que estão em risco. Os repórteres podem ser ameaçados de acção judicial ou violência, podem ser presos ou mesmo assassinados por causa das suas investigações. Face a estes riscos, nós próprios podemos sucumbir a pressão e autocensurar-nos. Devemos acreditar naquilo que estamos a fazer, ter a coragem de seguir em frente e, se possível, ter estruturas de apoio pessoal e profissional (por exemplo, família ou parceiro, comunidade religiosa, conselheiro, advogado, chefe de redacção ou equipa que nos apoia) para os momentos difíceis.

Quais são as recompensas?

Mark Hunter e Luuk Sengers indicam que embora o jornalismo de investigação seja difícil, por vezes perigoso e claramente inglório, é também uma das áreas mais gratificantes do jornalismo em que uma pessoa se pode envolver.

- **“Você é a única pessoa que mais sabe sobre um determinado assunto – isto não tem preço!**
- **Desenvolve competências que o distinguem dos demais escribas, e que são comercializáveis (75 por cento do jornalismo baseia-se em notícias e trabalho de relações públicas)**
- **Ganha autonomia e um certo poder sobre o meio em que vive**
- **Ganha dinheiro, e mais ainda se identificar nichos – áreas de reportagens especializadas – e os ocupar**
- **Desfruta de desafios constantes**
- **Ganha [ou pode ganhar] prémios!**
- **Serve a sua comunidade, aumenta os conhecimentos do público ou previne danos”.**

Estudos de caso

O presente manual contém muitos estudos de caso, análises profundas sobre o modo em como os repórteres em toda África identificam, planificam e levam a cabo projectos de investigação. Alguns desses estudos são histórias apaixonantes de jornalismo ousado e arriscado; outros são relatos mais sóbrios sobre a compilação de documentos e a verificação meticulosa de factos. Alguns produziram resultados que abalaram as nações envolvidas, outros simplesmente conquistaram um pequeno acto de justiça comunitária ou um recurso muito necessário – e alguns ficaram encalhados por causa de problemas, precisando de ser concluídos.

Contudo, estudos de casos não são apenas ‘relatos de guerra’ apaixonantes. Para tirar o maior proveito da sua leitura, é necessário um quadro de referências para os analisar.

Sugerimos que se use o processo que se segue para tirar as maiores vantagens dos estudos de caso a respeito de investigações. Os estudos não podem ser lidos às pressas e deve-se deixar que produzem o seu efeito com calma. As primeiras impressões podem ser enganadoras. É fácil pressupor que se pode simplesmente ‘pedir emprestado’ um tópico ou um método na sua totalidade e aplicá-lo ao nosso próprio trabalho – ou que as circunstâncias são tão diferentes que não há nada que possamos aprender. Inversamente, faça as seguintes perguntas:

- ❓ Que tipo de repórter, publicação ou emissão realizou a investigação? De que modo a situação desse repórter se assemelha ou difere da sua?
 - ❓ Como identificaram o tópico ou a questão?
 - ❓ É um tópico ou uma questão que tem paralelos na sua comunidade/sociedade? Se existe uma questão similar na sua comunidade, existem diferenças de contexto ou circunstâncias?
 - ❓ Como formularam a questão ou a hipótese investigativa?
 - ❓ Que recursos lhes eram necessários/usaram?
 - ❓ Com que dificuldades a investigação se deparou e como foram superadas? Quais das suas estratégias foram eficazes e quais falharam, se os houve? Porquê?
 - ❓ O que alcançaram esses repórteres (impacto) e o que aprenderam?
-

? No lugar deles, o que teria alterado no método de investigação?

? Se tivesse de tratar um tópico destes na sua comunidade amanhã, que método adoptaria?

Estudo de Caso 1: **Revista Drum: A história de Bethal**

O primeiro estudo de caso é um 'clássico'. Ilustra mais uma vez que o jornalismo de investigação não é algo novo ou estranho em África, mas tem a sua própria história e tradições bem estabelecidas aqui. É a **História de Bethal**: uma investigação realizada em Março de 1952 por Henry Nxumalo da revista sul-africana *Drum* (a sua alcunha era 'Sr. Drum') no tempo do apartheid, sobre as condições dos trabalhadores contratados em fazendas.

Contexto

A revista *Drum* era uma publicação legal, com um proprietário e chefe de redacção branco, mas com um universo considerável de leitores negros, e preparada para correr alguns riscos abordando tópicos que preocupavam o público. Contudo, a censura estava em vigor e a polícia de segurança acompanhava de perto os passos dos jornalistas da revista. Tinham que ser cautelosos – e de facto Henry Nxumalo foi misteriosamente morto alguns anos depois, enquanto investigava uma rede de abortos ilegais. Os orçamentos eram limitados e o acesso a registos oficiais, assim como a documentos publicados como leis e regulamentos, não era um direito. Os chefes de redacção deviam também garantir que a forma em como os textos eram redigidos não constituía um ataque directo contra o governo do apartheid.

Como começou a história?

A história foi recolhida de conversas com pessoas comuns nas ruas: que o sistema de trabalho contratado era corrupto; que os trabalhadores não tinham todas as informações e que acabavam presos a contratos em fazendas onde passavam fome, eram abusados e maltratados. Esta indignação geral ganhou contornos nítidos para Henry Nxumalo quando um dos seus colegas na revista, Arthur Maimane, contou o episódio dos maus-tratos contra o seu primo na fazenda em Bethal. A revista *Drum* estava à procura de uma grande matéria de investigação para assinalar o seu primeiro aniversário enquanto publicação. Nxumalo disse: "O melhor é eu ir verificar novamente".

Que processo Nxumalo seguiu e o que descobriu?

Para descobrir o que estava a acontecer nas fazendas de cultivo da batata, deslocou-se ao distrito de Bethal e entrevistou mais de 50 trabalhadores em oito fazendas. Usou a sua capacidade de observação para tomar notas de descrições vívidas. Com palavras, pintou retratos vivos do que tinha observado. Fez-se acompanhar de um fotógrafo branco da sua revista, Jürgen Schadeberg, que tinha chegado recentemente da Alemanha. Com o seu forte sotaque alemão, Schadeberg conseguiu fazer-se passar facilmente por um turista e tirar fotografias 'panorâmicas' das fazendas e dos trabalhadores.

Seguidamente, Nxumalo seguiu os rastros do processo até à sua fase inicial em Joanesburgo, fazendo-se passar por pessoa à procura de emprego, e foi aceite por um recrutador que o levou a um complexo da agência de recrutamento de mão-de-obra.

Ali posto, obteve e analisou um contrato, observou o processo de assinatura e colocou perguntas para verificar se receberia respostas verdadeiras. Contrariamente à maioria dos verdadeiros trabalhadores, ele dominava bem o inglês, e podia analisar e memorizar os documentos.

Comparou a sua experiência com aquilo que a legislação estipulava e notou falhas no seu cumprimento.

Ao deslocar-se novamente a Joanesburgo, Nxumalo também buscou indícios de relatos anteriores sobre tentativas de organizações políticas para que o governo tomasse medidas, e incorporou também essas informações no texto final do seu artigo.

Resultados

O jornal da extrema-direita branca *Die Transvaaler* denunciou o artigo da revista *Drum* como matéria "escrita para atizar distúrbios e causar mal-estar". Contudo, foram feitas perguntas no parlamento e foi criada uma comissão de inquérito parlamentar, embora as suas conclusões nunca tivessem sido publicadas. A revista viu-se inundada de cartas que felicitavam 'o maravilhoso Sr. Drum'. A indignação popular em relação às condições denunciadas pelo artigo foi tal que as formações políticas negras organizaram um boicote à batata entre os consumidores. Ainda hoje, alguns sul-africanos negros idosos lembram-se e falam dos horrores das fazendas de batata de que tomaram conhecimento através da revista *Drum*.

Extractos da História de Bethal

No escritório de recrutamento:

Quando o contrato vinha para assinatura o intérprete lia em voz alta uma pequena parte do documento para alguns recrutas reunidos, enquanto o oficial atestador segurava um lápis encostado ao contrato. Ninguém perguntava a idade de nenhum dos recrutas (deviam ter o consentimento dos pais se tivessem menos de dezoito anos) e o Sr. *Drum* não recebeu nenhuma informação sobre se o seu ordenado seria mensal ou diferido, a que alimentação teria direito ou quanto tempo durariam os seus turnos... [o escriturário procedeu à chamada nominal de todos aqueles que constavam da folha de contrato, leu extractos deste documento e disse]: “Compreenderam?”

O Sr. *Drum* e os outros recrutas responderam: “Sim”.

O escriturário: “Agora vão tocar no lápis”.

Depois de ter segurado o lápis por um segundo (50 recrutas foram confirmados em poucos minutos), os recrutas eram considerados vinculados pelo contrato. Mas, na verdade, o contrato não tinha sido assinado, nem tinha sido plenamente entendido. Assim, parecia evidente que nenhum dos actos de recrutamento ‘assinados’ naquelas circunstâncias tinha alguma validade (Lei sobre o Registo do Trabalho Indígena de 1911, conforme alterada em 1949).

Nas fazendas:

Dos mais de 50 trabalhadores entrevistados em oito fazendas desde Witbank até Kinross, absolutamente nenhum disse que estava satisfeito com as condições. Aqueles que não exprimiram este ponto de vista recusaram-se a comentar pura e simplesmente com receio de que viessem a sofrer represálias.

Dois terços daqueles que foram consultados afirmaram que tinham sido enviados a Bethal com base em informações falsas: tinham-lhes sido prometidos empregos sem grandes esforços físicos em Joanesburgo ou em fábricas de lacticínios no distrito de Springs, mas viriam posteriormente a descobrir que estavam a descer numa gare de Bethal e a receber instruções de que trabalhariam ali...

O ordenado nas fazendas situa-se entre 2 e 3 libras esterlinas por mês, e a alimentação consiste principalmente em papa de milho, ocasionalmente com carne, uma vez por semana, se a houvesse.

Os meses são calculados com base em 30 turnos completos de trabalho, excluindo os dias de folga como os domingos e os feriados, e os ordenados do primeiro mês são gastos para reembolsar os custos das passagens de comboio e o dinheiro dado em adiantado aos

trabalhadores como empréstimo por altura do recrutamento.

Por exemplo, R. F. (60 anos), colocado na fazenda do Sr. B, foi recrutado pela agência de Z em Joanesburgo. Ganha 3 libras esterlinas por mês e tem uma esposa e quatro filhos para sustentar em casa.

O seu bilhete de passagem para Joanesburgo custou £1 6s 11d.¹, e a totalidade do seu ordenado do primeiro mês foi para reembolsar este montante. Terá £15 3s 1d na sua conta no fim de seis meses de contrato. Mas, se decidir regressar a casa ser-lhe-ão subtraídos outros £2 16s 11d até chegar a Louis Trichardt, o que significa que restar-lhe-ão £12 6s 2d em dinheiro, ou menos ainda se pedir tabaco ou roupas a crédito ao seu empregador antes do regresso, para não falar daquilo que vai gastar durante essa viagem de volta a casa. E isto para meio ano de trabalho... Os homens mais idosos preferem vestir-se de sacos em que foram abertos buracos para a cabeça e os braços, e dormem em sacos e não em cobertores para não terem que contrair mais dívidas...

Uma característica singular [de uma única fazenda] é que ela tem o seu próprio hospital particular, um pequeno edifício de tijolos, abarrotado de pessoas e sujo, com camas de ferro e trabalhadores doentes deitados em colchões sem cobertores ou vice-versa. Dormem vestidos com as suas roupas de trabalho sujas, e o responsável pelo hospital, P. T., disse-me que os homens são enviados ao hospital de Bethal caso não melhorem depois de receberem tratamento do médico local. P. trabalha na fazenda há 32 anos e é mais conhecido pelo nome de “médico”. É provavelmente o trabalhador de fazenda africano melhor pago: ganha 8 libras, acrescidas de um saco de farinha de milho por mês e tem a sua família viver com ele na fazenda. Disse-me que o seu tratamento para doentes consiste principalmente em doses regulares de sais Epsom.

Próximo ao ‘hospital’ está o complexo e a cozinha. O cozinheiro era a outra única pessoa que calçava botas no recinto da fazenda, andando todos os outros descalços. Mas, as roupas do cozinheiro estavam tão sujas de gordura como as de um mecânico automóvel que não troca o seu fato-macaco há meses. A sujidade brilhava ao longe.

Os homens comiam em malgas de zinco improvisadas por eles próprios. Um trabalhador disse-me que não se podia dar ao luxo de comprar um prato decente naquela fase do seu contrato. Todavia, essas malgas eram de facto um luxo em comparação com o que vi nalgumas fazendas à hora do almoço, em que os trabalhadores não só vestiam sacos como comiam neles.

Dificuldades na realização desta investigação

Nxumalo e Schadeberg contornaram o sigilo e a recusa dos agentes de trabalhadores e fazendeiros em falar com jornalistas usando subterfúgios junto das autoridades. “Não havia realmente nenhuma outra forma de produzir a matéria”, lembra-se Schadeberg. “Henry teve que se desembaraçar do seu fato, vestir-se de roupas esfarrapadas como um trabalhador agrícola e ir a uma fazenda tentar arranjar emprego. Depois, fugiu à noite. Em seguida, nós dois voltamos à área e circulamos pelo distrito de carro, entrevistando pessoas e tirando fotografias. Ele era o meu “criado” sempre que os fazendeiros nos mandassem parar, o que aconteceu muitas vezes. Não havia, todavia, grande risco de que Henry fosse reconhecido porque nessa altura estava a envergar o seu fato”.

No escritório do agente de recrutamento de trabalhadores, “tivemos a sorte de encontrar uma janela aberta que dava para a sala em que o procedimento de tocar no lápis estava a ter lugar. Penso que me pus de pé sobre uns tijolos para assistir à cena, ou talvez estava a saltitar. A verdade é que consegui tirar algumas fotos e pus-me a correr. Ninguém veio em nossa perseguição, mas podíamos ouvi-los a gritar na sala.”

Nem sempre deu certo

“Avistei-me com o europeu responsável pela fazenda na minha segunda visita, mas recusou-se a deixar que o Sr. Drum tirasse fotografias do complexo. Disse-me que tinha cometido um erro ao perguntar aos seus homens sobre as condições na fazenda durante a minha primeira visita sem a sua permissão”.

Nxumalo disse a sua verdadeira identidade aos trabalhadores da fazenda com quem falou, mas devido às leis rigorosas daquela época, tinha que ter cuidado para não ser preso como ‘agitador’ (um sindicalista ou alguém que quisesse incitar à revolta). Assim, fez questão de incluir no seu artigo a seguinte frase:

“O Sr. Drum teve o grande cuidado de não causar quaisquer distúrbios ou inimizade nas fazendas e nunca tentou influenciar aquilo que as pessoas diziam”. Também protegeu as suas fontes de despedimentos ou coisas piores ao evitar o uso de nomes completos ou pormenores que as pudessem identificar (como, por exemplo, as agências de recrutamento de que vinham) com base no seu artigo.

Resumo do estudo de caso

Analisar-se a forma como Nxumalo recorreu a uma conjugação de fontes humanas, da sua própria experiência, de observações e fontes documentais (as leis pertinentes e os contratos) para compor o seu artigo. A sua redação descritiva era vívida (tomemos, como exemplo, as roupas engorduradas do cozinheiro que “brilhavam ao longe!”), e as suas explicações eram meticulosamente pormenorizadas: por exemplo, a decomposição dos rendimentos e das despesas do trabalhador até ao último centavo. E conseguiu dizer muitas verdades contundentes sem comprometer as suas fontes nem fazer acusações descabidas que pudessem colocar em risco a sobrevivência da sua revista. Equilibrou os relatos humanos sobre sofrimento individual com uma análise mais ampla do modo em que o sistema de contratos violava as leis e redundava em abusos. Houve até humor, por exemplo, na forma como descreve a multidão no escritório da agência a gritar em coro “Sim” e a “tocar no lápis”.

Apesar das restrições sobre aquilo que podia ser escrito, o artigo teve um impacto sobre a consciência popular que ainda sobrevive hoje entre as pessoas mais velhas que o leram durante a sua juventude.

Evitar a ira do governo

A revista também teve de tomar precauções para não ser encerrada por publicar uma matéria contra o governo. Foi assim que lidou com sugestões que o governo não queria saber, ou estava a agir em conluio, dos maus-tratos dos trabalhadores.

Em Dezembro último, a delegação do Congresso Nacional Africano em Bethal convidou o Dr. H. F. Vervoerd, Ministro dos Assuntos Indígenas, para visitar a área face à deterioração das condições de serviço dos trabalhadores africanos em fazendas. O Ministro respondeu, através da sua secretária particular, que não estava disponível para a visita antes de concluída a sessão parlamentar que estava em curso. De toda a maneira, estava plenamente actualizado sobre a situação na área de Bethal e as informações de que dispunha eram as mesmas que aquelas dadas pelos líderes

tradicionais que tinham visitado recentemente o distrito, nomeadamente que os trabalhadores estavam ‘de um modo geral, a ser bem tratados pelos seus empregadores e não tinham nenhuma queixas de maior.

Mas, responsáveis do Congresso desmentem qualquer conhecimento desses líderes tradicionais e da sua visita a Bethal, e quase ninguém sabia nada deles na área.

É óbvio que as autoridades tiveram o cuidado de proteger essas pessoas, sendo também claro que tinham falhado.

❓ Pensa que o subterfúgio e o trabalho 'à paisana' justificavam-se?

❓ Existem áreas de duras condições de trabalho e abuso na sua comunidade que poderiam justificar este tipo de investigação pormenorizada?

Estudo de Caso 2: **Prisongate 2006**

As cadeias da África do Sul ainda são uma fonte fértil de matérias de investigação, como descobriram os jornalistas Adriaan Basson e Carien du Plessis dos jornais *Beeld* e *Die Burger*. Contudo, a investigação desses jornalistas incidiu sobre o facto de que os contratos referentes às prisões são agora um grande negócio, sendo assim terreno fértil para o compadrio e a corrupção. A sua série de artigos foi publicada entre 31 de Março e 1 de Dezembro de 2006. A série do *Prisongate* recebeu o prestigioso prémio Taco Kuiper de jornalismo de investigação em 2007. Foi descrita como o "resultado de jornalismo pungente, minucioso e pioneiro". Aqui, Basson descreve as reportagens e o trabalho que deram.

Como começaram os artigos?

A série de reportagens de investigação sobre o *Prisongate* tem as suas raízes numa reunião da comissão parlamentar de serviços prisionais, que interpelou o Ministério dos Serviços Prisionais sobre um concurso orçado em vários milhões de randes, adjudicado para instalar novos televisores em todas as prisões do país. Ao mesmo tempo, du Plessis, que era nessa altura a correspondente política do jornal *Die Burger* no Parlamento, recebeu uma denúncia sobre o assunto e outros grandes contratos que estavam a ser adjudicados pelo Ministério dos Serviços Prisionais ao grupo de empresas Bosasa. O grupo Bosasa era um actor desconhecido no sector da segurança, tendo assim sido levantadas sérias interrogações acerca dos enormes sucessos desse caloiro sem experiência.

Como foi realizada a investigação?

O *Beeld* e o seu confrade, *Die Burger*, cooperaram num projecto ímpar para destapar as teias políticas que ligavam os diferentes actores e a forma descaradamente fraudulenta em como o grupo Bosasa teve a permissão de influenciar um processo estatal oficial. A investigação foi realizada ao longo de um período de nove meses e continuamos a descobrir negócios nebulosos do grupo Bosasa e das suas entidades (Basson trabalha agora como jornalista de investigação do *Mail & Guardian* e du Plessis está colocada no escritório do *Die Burger* em Port Elizabeth).

As informações foram sobretudo obtidas de um vasto leque de actores dos sectores estatal e privado, assim como de documentos públicos e outra documentação que nos foi fornecida por fontes bem informadas.

Que fontes foram consultadas?

Algumas das provas documentais mais importantes foram obtidas das seguintes fontes públicas:

- Boletim sobre concursos estatais
- Documentos de concursos ministeriais
- Conservatória do registo comercial (Cipro)
- Registos de participações sociais
- Arquivos de jornais
- Internet; e
- Bibliotecas de universidades

Como foi desenvolvida a matéria?

A primeira pista foi detectada quando descobrimos um vínculo entre o responsável nacional pelos serviços prisionais, Linda Mti, e o grupo Bosasa, a quem foram adjudicados contratos orçados em mais de 1 bilião de randes pelo Ministério dos Serviços Prisionais em menos de um ano. Mti viria a pedir a sua demissão.

Depois de meses de trabalho para chegar o mais próximo possível de provas tangíveis de actividade criminosa, efectuámos uma outra descoberta perto do fim de 2006 quando provámos, por via de investigação forense com computadores, que o próprio grupo Bosasa tinha redigido partes do documento do concurso que lhes foi adjudicado.

Tratava-se de um contrato para o fornecimento, a instalação e a manutenção de sistemas de segurança em 66 prisões, adjudicado a uma filial do grupo Bosasa, a Sondolo IT, e orçado em 237 milhões de randes. O contrato viria a ser posteriormente alargado em circunstâncias dúbias para incluir o recrutamento de pessoal para as salas de controlo nas prisões, com custos adicionais de 257 milhões de randes.

Uma fonte bem informada forneceu-nos um documento electrónico, que se supunha ser uma primeira versão do documento oficial de um concurso estatal publicado no boletim de concursos. Alegou-se que um funcionário do grupo Bosasa tinha criado aquele documento meses antes de o concurso ser anunciado. Encomendámos os serviços de um especialista em computadores para analisar o ficheiro. Os resultados da análise revelaram que o documento, que constituía a espinha dorsal do contrato final que viria a ser publicado pelo estado, tinha sido de facto redigido em computadores do grupo Bosasa por um trabalhador desse grupo meses antes do início do processo oficial.

A pergunta mantinha-se: quem estava por detrás do grupo Bosasa e das suas filiais, particularmente da pouco conhecida Sondolo IT? Recorrendo ao acesso conferido pelo Lei das Sociedades, inspeccionámos o registo de accionistas de diversas sociedades e desencantámos outras informações cruciais: A Sondolo IT era propriedade de várias figuras de proa sul-africanas, incluindo Titus Mafolo, o então conselheiro político do Presidente Thabo Mbeki.

No último artigo da série, denunciámos a falta de habilitações profissionais do responsável financeiro do Ministério, que esteve estreitamente ligado à adjudicação dos concursos ao grupo Bosasa.

A investigação teve sequências?

A maioria dos nossos artigos teve sequência por parte de colegas nossos noutros órgãos de comunicação social e conduziu também à formulação de algumas perguntas por partidos da oposição no Parlamento.

Que desafios foram enfrentados e como foram ultrapassados?

Um dos desafios que enfrentámos foi as constantes ameaças de acção judicial. Contudo, nenhuma das partes envolvidas alguma vez nos levou a tribunal.

Os outros desafios incluíam convencer as fontes bem informadas, muitas vezes assustadas ou intimidadas para falarem; compreender a trajectória complicada de documentos e linguagem temática especializada; desmentidos constantes e falta de cooperação do Ministério dos Serviços Prisionais.

Finalmente conseguimos reunir a nossa matéria convencendo as pessoas de que era do interesse público que dissessem a verdade, seguindo o rasto dos documentos e aprendendo como funcionavam os processos de concursos, assim como procurando com persistência por mais provas, mesmo quando éramos acusados de mentirosos, conspiradores ou até racistas (como aconteceu) pelas pessoas visadas na nossa investigação.

Que impacto teve a matéria?

Alguns dos resultados mais importantes foram os seguintes:

- A demissão de Mti meses antes de o seu contrato com o Ministério dos Serviços Prisionais chegar ao fim;
- Uma investigação pela Comissão de Função Pública em relação aos interesses empresariais privados de Mti (ainda em curso);
- Investigação pela Unidade Especial de Investigação e pelo Tribunal de Contas em relação aos concursos adjudicados pelo Ministério dos Serviços Prisionais ao grupo Bosasa (ainda em curso);
- A nomeação de um novo e altamente qualificado director financeiro do Ministério dos Serviços Prisionais; e
- A matéria ganhou o Prémio Taco Kuiper.

Note-se como, num ambiente muito diferente de uma África do Sul pós-apartheid, Basson e du Plessis foram capazes de ter acesso a documentos do domínio público e confrontar-se abertamente com os protagonistas de um modo que não seria possível para Nxumalo. Contudo, deve-se também tomar nota do receio de dizer a verdade que continuava a ser uma grande barreira à comunicação com as fontes.

Aspectos principais deste capítulo

Jornalismo de investigação:

Podemos definir o jornalismo de investigação como:

- Um processo original e proactivo que vai ao fundo de uma questão ou um tópico de interesse público;
- Jornalismo que produz informação nova ou que compila informação nova para produzir novas perspectivas;
- Jornalismo de fontes múltiplas, usando mais recursos e exigindo trabalho de equipa e tempo;
- Jornalismo que revela segredos e põe a nu questões rodeadas de silêncio;
- Jornalismo que não se limita aos indivíduos em falha, mas olha também para os sistemas e processos que permitem que os abusos ocorram;
- Jornalismo que serve de testemunha, e que investiga ideias bem como factos e eventos;
- Jornalismo que apresenta contextos de diferentes matizes e que explica não só o quê mas também o porquê;
- Jornalismo que não aborda apenas as más notícias e que não requer necessariamente técnicas de dissimulação – embora por vezes aborde tais notícias e exija essas técnicas.

Jornalismo de investigação:

Um repórter de investigação deverá possuir as seguintes qualidades:

- Curiosidade
- Paixão
- Iniciativa
- Pensamento lógico, organização e auto-disciplina
- Flexibilidade
- Bom espírito de trabalho de equipa e capacidade de comunicação
- Capacidades jornalísticas bem desenvolvidas
- Ampla cultura geral e boas capacidades de pesquisa
- Determinação e paciência
- Sentido de justiça e ética sólida
- Discrição
- Patriotismo
- Coragem.

E finalmente

Finalmente, observámos que embora existam metas partilhadas e padrões comuns, não há um modelo único e universal de jornalismo de investigação, e para tirar o maior proveito da análise dos estudos de casos de outras investigações é necessário pensar cuidadosamente nas similaridades ou diferenças de contexto entre o estudo de caso e a nossa própria situação como repórteres.

Glossário

- **Equilíbrio (numa reportagem)** – assegurar-se de que todos os pontos de vista pertinentes foram cobertos, que as fontes formam uma selecção representativa das pessoas envolvidas, e que qualquer julgamento que se faça no artigo seja apoiado por provas
- **Prova conclusiva** – prova que é tão completa e convincente que só aponta para uma explicação
- **Trabalho contratado** – trabalho de curta duração regido por um contrato entre o empregador e o empregado; muitas vezes implica condições de serviço equiparadas a exploração porque os trabalhadores eventuais não gozam da mesma protecção como os empregados efectivos
- **Ética ou deontologia** – sistema que distingue o ‘correcto’ do ‘errado’; comportamento que se pauta por este sistema
- **Hipótese** – uma proposta avançada como a base de um argumento ou de uma investigação sem nenhum pressuposto antecipado de que a mesma seja verdadeira
- **Infra-estruturas** – os fundamentos ou recursos básicos necessários, por exemplo, para actividades sociais, económicas, militares ou jornalísticas
- **Nicho** – uma área ou secção especializada; uma publicação de nicho serve uma franja de leitores pequena e especializada;
- **Objectividade** – pressuposto científico de que os relatos baseados em observações estão totalmente desprovidos de sentimentos e de opiniões
- **Organismo para-estatal** – um organismo que possui um certo estatuto político e funciona através de uma certa relação – por vezes indirecta – com o estado
- **Interesse público** – do interesse das pessoas; algo que beneficie as pessoas ou previna males contra elas
- **Fonte** – em jornalismo, um informador ou entrevistado. O conceito de fonte única descreve uma matéria baseada em informação prestada por uma única pessoa; e o conceito de fontes múltiplas uma matéria baseada num vasto leque de informadores
- **Concurso** – um documento submetido por uma empresa para concorrer a um contrato: descreve a empresa, aquilo que ela pode oferecer, assim como as condições e as metas referentes ao trabalho proposto. É também o documento apresentado por um organismo fornecedor
- **À paisana, às ocultas ou por dissimulação** – técnica jornalística que envolve o subterfúgio, usando, por exemplo, microfones ocultos ou assumindo uma falsa identidade (ver também o parágrafo intitulado ‘Uso de técnicas secretas’ no Capítulo 8)

Leitura adicional

- Ler integralmente os discursos de Anton Harber, Gavin Macfadyen, Mark Hunter/Luuk Sengers e mais informação constante do sítio sobre jornalismo da Universidade de Witwatersrand em <http://www.journalism.co.za>
- Mais informação sobre o Fórum dos Jornalistas de investigação Africanos está disponível em <http://www.fairreporters.org>
- Para uma discussão sobre a história do jornalismo de investigação no resto do mundo, ver a introdução de *Tell Me No Lies: Investigative Journalism and its Triumphs*, organização de John Pilger (Londres, Vintage, 2005)
- Para saber mais sobre o trabalho de investigação do pioneiro sul-africano Henry Nxumalo, ver *A Good Looking Corpse*, de Mike Nichol (Londres, Minerva, 1995) e *Who Killed Mr. Drum?*, de Sylvester Stein (Cape Town Mayibuye Books, 1999).
- Ler a matéria vencedora de um prémio de Adriaan Basson e Carien du Plessis (em africânder) em <http://www.journalism.co.za>